

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Reiventando a Relação entre Universidade e Cultura

Reinventing the Relationship Between University and Culture

Recreando la Relación entre Universidad y Cultura



Urbano Sidoncha

Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Beira Baixa, Portugal

umestre@ubi.pt

Resumo: As universidades são instituições intrinsecamente culturais, por cumprirem, e enquanto cumprem, uma intransferível função cultural. Desta primeira leitura, ainda de superfície, podemos inferir dois outros princípios: o primeiro será o de que uma universidade que queira alijar a responsabilidade cultural que lhe cabe estará a trair a sua própria identidade, a falsear o seu propósito e a renunciar à sua própria condição de universidade; o segundo é o de que a função cultural que cabe às universidades, considerada a sua singular inscrição nos territórios, a sua extensa capilaridade e o seu afã de universalidade, não pode ser desempenhada, sem perda, por nenhuma outra instituição. Essa importância contrasta com a proverbial dificuldade com que a universidade para si própria assume essa condição e com os sucessivos obstáculos, internos e externos, à sua plena concretização. Tais dificuldades obrigam a visitar a ortodoxia dos modelos de interpretação e de concretização desta missão cultural e a reinventar a relação entre cultura e universidade, sinalizando novas e promissoras vias.

Palavras-chave: Cultura. Universidade. Missão cultural. Estudos da Cultura. Boas práticas.

Abstract: Universities are intrinsically cultural institutions, as and while they fulfil an untransferable cultural function. From this first assumption, still handled on the surface, we can infer two other principles. The first one is the following: a university that wishes to get rid of its cultural responsibility will be betraying its own identity, distorting its purpose, and renouncing its own university status; the second is that the cultural function of the universities, considering their unique inscription in the territories, their extensive capillarity, and their wish for universality, cannot be performed, without significant loss, by any other institution. This importance clearly contrasts with the struggle university faces in assuming for itself this condition and with the successive obstacles, internal and external, to its full attainment. Such difficulties force us to revisit the orthodoxy of models for interpreting and implementing this cultural mission and to reinvent the relationship between culture and university, suggesting new and promising paths.

Keywords: Culture. University. Cultural mission. Studies on Culture. Good practices.

Resumen: Las universidades son instituciones intrínsecamente culturales, porque cumplen, y mientras cumplen, una intransferible función cultural. De esta primera lectura, todavía hecha en la superficie, podemos inferir otros dos principios: el primero será que una universidad que quiera deshacerse de su responsabilidad cultural estará traicionando su propia identidad, distorsionando su propósito y renunciando a su propia condición universitaria; la segunda es que la función cultural de las universidades, considerando su singular inscripción en los territorios, su amplia capilaridad y su afán de universalidad, no puede ser desempeñada sin pérdida por ninguna otra institución. Esta importancia contrasta con la proverbial dificultad con la que la universidad asume por sí misma esta condición y con los sucesivos obstáculos, internos y externos, para su plena realización. Tales dificultades nos obligan a revisar la ortodoxia de los modelos de interpretación e implementación de esta misión cultural y a reinventar la relación entre cultura y universidad, señalando caminos nuevos y prometedores.

Palabras clave: Cultura. Universidad. Misión cultural. Estudios de cultura. Buenas prácticas.

Data de submissão: 07/10/2021

Data de aprovação: 28/10/2021

Universidade: uma instituição intrinsecamente cultural?

A afirmação de que a universidade é uma instituição intrinsecamente cultural não suscita hoje o menor esgar de espanto. Tal não significa, naturalmente, que não continue a ser digna de admiração sincera enquanto realização autenticamente humana, mas tão-só que não reclama, como é próprio do salutar exercício de quem fita o mundo como se o visse pela primeira vez, qualquer vislumbre de novidade. Nessa elementar constatação estão coligidos simultaneamente o lado benigno e a dificuldade que a conjugação do par “universidade” e “cultura” inevitavelmente coloca. Com efeito, a afirmação banalizou-se e não há hoje quem ouse correr o risco de ficar de fora da fotografia dos que fazem uma leitura ponderada e circunstanciada da verdadeira missão da universidade, que obviamente não pode dispensar uma fortíssima dimensão cultural. Assim devem ser interpretadas as declarações públicas de responsáveis pela gestão das universidades, declinadas em eternas juras de amor à cultura, e a promessa de que as opções gestonárias das universidades, por mais esdrúxulas e distantes que pareçam, foram inspiradas pelo sopro vital da cultura. Ademais, quem se adentrar nas sonantes proclamações saídas dos estatutos das universidades não terá dificuldades em encontrar o adjetivo “cultural”. São, aliás, tantas as ocorrências do termo, tamanhas as considerações de natureza histórica que situam esse desígnio na própria origem da universidade, que nos rendemos sem esforço à

naturalidade com que se esgrime essa associação. Justamente, tudo se passa como se, como diz a fenomenologia, a condição cultural da universidade estivesse do lado da “atitude natural”.

A atitude natural, convém recordá-lo aqui, é a atitude despreocupada de quem está totalmente familiarizado com as coisas do seu mundo circundante, que estão aí e de cuja presença nunca duvido. A contrapartida desta aparente segurança com que me movo neste perímetro em que tudo é familiar é, no entanto, a incapacidade de questionar, de problematizar, e como a dúvida é o pulsar vital do próprio pensamento, é a possibilidade mesma de um pensamento anestesiado e diminuído que surge como correlato da atitude natural. Por ser assim, a mesma fenomenologia elegerá o registo da atitude natural como seu principal contendor. Ora, esta incapacidade de questionar, que é, como disse antes, o efeito e a consequência mais visível do processo de naturalização da condição cultural da universidade, tem efeitos perversos (a dificuldade antes aludida) a vários níveis. Um dos mais sensíveis será o aparente desinteresse da universidade em alicerçar, como é seu dever, a utilização profusa e desregrada do adjetivo “cultural” numa investigação robusta, de base científica, do substantivo “cultura”. A entrada tardia e hesitante dos Cursos de Ciências da Cultura na oferta formativa das universidades; a dificuldade sentida na sua catalogação como subárea científica; a ausência de painéis de avaliação específicos nas Agências de fomento para avaliação de projetos de investigação nesta área; a consideração de que a expressão Ciências da Cultura denuncia um insanável

oxímero; o fatalismo e conformismo com que nos entregamos à incorrigível polissemia da palavra cultura, ilustram bem, no seu conjunto, este indisfarçável desapego. A tensão entre o uso prolixo e desregrado do “cultural”, em dramático contraste com o desinteresse por aquela que deveria ser a sua referência habilitante, o substantivo “cultura”, produz efeitos tangíveis na hora de operacionalizar e de levar à prática uma função que, vista apenas no plano das intenções, fora colocada por um excesso de voluntarismo, eivado de generosas doses de demagogia, nas esferas das prioridades. Sobre essas dificuldades já escrevi noutros lugares (SIDONCHA, 2020a), afigurando-se redundante e desnecessário para o leitor o esforço de repetição.

O ensino da cultura como caso lapidar da tensa relação entre universidade e cultura

Onde penso que será útil determo-nos um pouco mais será naquela dificuldade que ilustra de forma mais eloquente e definitiva o traço ziguezagueante com que a universidade pretende firmar o seu compromisso cultural. Refiro-me ao ensino da cultura. Atrás referi que o ensino da cultura foi marcado por hesitações de ordem diversa, e que tais hesitações tiveram como consequência a sua entrada tardia na universidade, diagnóstico que é de resto muito evidente no caso português. Note-se que não penso aqui nos estudos desenvolvidos ao abrigo do programa dos *Cultural Studies*, que fizeram o seu percurso regular a partir

da segunda metade do século XX fundamentalmente sob o amparo orgânico dos Departamentos de Sociologia. Refiro-me antes aos estudos da cultura que exorbitam claramente da esfera das ciências sociais, donde, aqueles que surgiram no contexto do modelo virtuoso das *Kulturwissenschaften* e que devem a sua fenomenalização em registo institucional às Ciências da Cultura/Estudos da Cultura.

Com um olhar angular mais assumido do que o seu homólogo dos Estudos Culturais, o modelo das Ciências da Cultura/Estudos de Cultura reivindica a justo título uma compreensão mais funda dos fenômenos culturais, não apenas por contar com mais instrumentos e com recursos mais abrangentes – que conjugam subáreas que vão da filosofia ao cinema, passando pelas ciências da comunicação e pelo design, num feliz concerto de “velhas” e novas Humanidades –, mas por estar mais próximo do registo virtuoso em se instala a ciência *autêntica*, quer dizer, daquele que vem a definir-se justamente na passagem da atitude natural para a atitude reflexiva ou filosófica. Se a atitude natural é, como vimos, o registo em que nos movemos habitualmente e que consiste em partir da evidência do simplesmente dado, do que está aí, na atitude filosófica, ao contrário, cada suposta evidência reivindica o estatuto mais adequado de “enigma”, o que exige uma clarificação cabal dos seus modos de doação, colocando nela a possibilidade de êxito de todo o empreendimento autenticamente científico. A lente da fenomenologia que aqui sugiro ao leitor é, assim, útil enquanto define rigorosamente os termos do problema.

Assim, mais do que uma realidade social cujos efeitos, mensuráveis em qualquer circunstância, se disseminam em esferas concêntricas, é a própria evidência da cultura que, no caso das Ciências da Cultura, exige ser continuamente desconstruída e reexaminada. Isso permite-lhe ir mais fundo nesse esforço de inspeção, sem comprometer a amplitude do espectro que a concertação das várias lentes disciplinares lhe permite. Nesse sentido, as Ciências da Cultura, descontinuando de entrada, como foi dito, a atitude natural, como de resto já prescreve a boa prática científica, apresenta-se no estrito lote das ciências genuinamente rigorosas. Essa sua condição deveria ser suficiente para que fosse avaliada com outro critério pela instituição “universidade”. Ora, não é isso que a prática denuncia. Longe de ser vista como área de formação fundamental, a área das Ciências da Cultura/Estudos de Cultura enfrenta ainda o cisma da desconfiança e o olhar sobranceiro das subáreas disciplinares que reivindicam para si o exclusivo do rigor científico, como se o tivessem patenteado. Não é possível dirimir aqui as razões profundas que há muito cavaram o fosso entre as ciências do cálculo – rigorosas, sisudas, amparadas por um método sólido, com um objeto bem definido e universalmente válidas – e as ciências humanas, com claro prejuízo para as segundas, obrigando-as a travar um combate pela sua credibilização como – boa – prática científica. Esse combate, que se mantém, é tanto mais desigual quanto maior for o grau de indeterminação do seu objeto. Que o diga a Estética, que tendo nascido por boas razões na segunda metade do século XVIII, e apesar de ter feito prova de que valia tanto

quanto a Lógica – quem não se lembra da célebre máxima kantiana (KANT, 1994) de que “intuições sem conceitos são cegas, conceitos sem intuições são vazios” –, ainda é largamente catalogada como “ciência inferior”. Neste apartado, as Ciências da Cultura parecem estar especialmente fragilizadas, dado que ainda se debatem com a seminal e *vexata quaestio* “do que falamos quando falamos de cultura?”. Essa circunstância parece reforçar a leitura de que estamos na presença de terreno pantanoso, o que exige a necessidade de fundações mais profundas. Ora, a ciência, na sua forma habitual de proceder, encontra resposta a essa exigência na estabilidade do referente material, na “coisa” que as palavras/expressões significam/referem. A pergunta “do que falamos quando falamos de cultura?” deveria, pois, ser convenientemente substituída pela forma interrogativa “que coisa é a cultura?” O problema, como é fácil de ver, é o de que a dificuldade apenas se agiganta como consequência desta inusitada, mas indisfarçável, estratégia de naturalização. Não apenas o manto de indeterminação que recobre a palavra se manteve inalterado, concedendo zero ao esforço de determinação a que chamamos “conhecimento”, como faz aumentar o grau de abstração tradicionalmente já reivindicado pela palavra “cultura”. Noutros textos (SIDONCHA, 2019) explorei sistematicamente esse argumento: nem sempre um esforço de “redução” é sinónimo de maior clarividência e de melhor conhecimento. Ao contrário. Como lembrava Antero de Quental (2017), o excesso de “ímpeto positivista”, no seu afã de tudo explicar, produz um efeito de abstração tal que nos rouba o ar.

Donde, a estratégia das Ciências da Cultura, nos antípodas desta vertigem reducionista revigorada na crença ingênua de que só a estabilidade do referente material resolve de entrada todas as dificuldades, e naquilo que a aproxima da fenomenologia, é exatamente a da *desnaturalização* da cultura. Só uma tal desnaturalização permite, elevando-a virtuosamente à categoria de *enigma*, problematizá-la, e esse problema será simultaneamente o fio condutor e o próprio *télos* de toda a investigação na área das Ciências da Cultura. É aí, e não na suposta constância de um mirífico referente material, que será dada resposta cabal à necessidade de fundações mais sólidas.

A inusitada atualidade da tirada de Hanns Jost: ouvir falar de cultura ainda nos faz empunhar o revólver

Diante destes argumentos, compreende-se melhor a dificuldade com que a universidade, que paradoxalmente tem de si a imagem de uma instituição intrinsecamente cultural, acolhe a área dos estudos da cultura. As Ciências da Cultura constituem-se tomando como referente um conceito de especialização que desafia abertamente a rigidez das tradicionais taxonomias universitárias de referência; essa transgressão perturba profundamente a ordem instituída que estabelece e fixa o espaço de cada disciplina e de cada área de formação; pior, tamanha perturbação sugere uma configuração outra e uma nova geometria de áreas disciplinares, sobretudo no campo das

Humanidades, em que as Ciências da Cultura parecem poder reivindicar um papel central; uma tal centralidade da área das Ciências da Cultura, ao romper a ordem instituída, ameaça direitos, regalias e prerrogativas tidos como definitivos; a incursão nestas coutadas de direito privado é apenas o prelúdio de guerras intestinas que transformam a academia num autêntico estado de natureza hobbesiano, em que ponderosos argumentos de base epistemológica valem menos do que a gestão corrente da mercearia. Este cenário, parecendo excessivamente cru, traduz apenas em parte o dilema que enfrentam todos quantos têm a ousadia de defender a aposta na área formativa das Ciências da Cultura.

Perante este crime de lesa-universidade, costumam ser criativas e de geometria variável as estratégias punitivas ensaiadas para restabelecer o vigor deste malfadado corpo vilipendiado pela cultura. A primeira passa por arregimentar a própria polissemia da palavra cultura, generalizando-a *ad absurdum*, com o propósito de desconsiderar o esforço de investigação nesta área. Num passe de mágica, transforma-se qualquer incursão na esfera plural das atividades culturais – escrever um romance, fazer teatro amador, declamar poesia, escrever artigos de jornal, organizar um sarau cultural – num circunspecto esforço de investigação. Objetivo? Diluir, pela multiplicação dos entes, o peso e a relevância da investigação de fundo sobre cultura e de quem verdadeiramente a promove e leva à prática.

Essa estratégia é causa próxima da indiferença que todos quantos estão comprometidos com esta área de formação na universidade sentem em permanência. Pois se

tropeçamos em cada esquina com uma investigação fundamentalíssima na área dos estudos de cultura, não haverá nada de excepcionalmente novo ou de singular no trabalho de quem em vão esgrime os argumentos da novidade e da singularidade. Verifica-se aqui a mesma ascendência do “cultural” sobre o substantivo “cultura” que denunciemos há pouco. As estratégias punitivas têm na sua gênese, afinal, o mais profundo desconhecimento e a mais militante das ignorâncias.

Outra das possibilidades ensaiadas pelas estratégias punitivas consiste em congelar a carreira dos docentes que se dedicam a esta área de formação. Utiliza-se para o efeito um argumento que seria automaticamente refutado caso fosse enunciado em voz alta. Qual é o argumento? A possibilidade de progressão numa carreira de docência/investigação na área da cultura é não apenas desnecessária, dado que ocasionalmente são promovidos colegas de áreas disciplinares afins – literatura, cinema, comunicação, design –, os quais, dada a matriz multidisciplinar que sustenta esta área, são considerados “ativos” das próprias Ciências da Cultura, como enfrenta, além disso, ponderosos constrangimentos de natureza epistemológica, a saber, a inexistência de uma área de concurso específica para esta área de formação ao abrigo da qual essa valorização de carreira pudesse fazer-se de modo coerente.

Este último desdobramento merece um olhar mais demorado. Atente-se na pretendida subtileza do considerando: é a ausência de áreas de concurso que, no caso português, são definidas com autonomia pelas

universidades, a impedir que professores e investigadores que dedicaram anos consecutivos da sua atividade à investigação fundamental na área da cultura possam ver reconhecido esse investimento no contexto do mesmo espaço disciplinar a que dedicaram o melhor do seu esforço.

Nessa circunstância, por exemplo, investigações em subdomínios tão fundamentais como os da filosofia da cultura ou epistemologia da cultura, que se dedicam, e enquanto se dedicam, à desnaturalização do sentido da palavra cultura, assim restabelecendo a ordem e o fluxo de sentido adequados entre o adjetivo “cultural” e o substantivo “cultura” que é sua referência habilitante, são liminarmente arredados da possibilidade de proporcionarem percursos profissionais erguidos organicamente à volta do objeto “cultura”. A razão? A de que essa possibilidade não cabe na ortodoxia do olhar enviesado que considera a filosofia ou a epistemologia da cultura como absolutamente estranhas ao campo disciplinar estanque e empedernido das Ciências da Cultura. Note-se que era o mesmo olhar que, sem suspeita de contradição, via em qualquer palpitação nas esferas das atividades culturais a mais exuberante demonstração de vitalidade da formação/investigação em cultura. Como se percebe, o mesmo argumento diz uma coisa e o seu contrário, servindo a dois senhores, no mais despudorado ataque à ideia de coerência sem a qual não nos é permitido dar um único passo em segurança.

Perguntará o leitor se esta estratégia, apodada de punitiva, é orientada para *i)* objetivos que sirvam um propósito minimamente tangível e *ii)* se um tal propósito, a

existir, é útil à própria universidade? Não há dúvida, respondendo à primeira parte da pergunta, que serve um propósito: tornar ingerível a área das Ciências da Cultura, distribuindo os pelouros respetivos por pessoas que têm uma ligação apenas marginal aos estudos da cultura e que os perspectivam a partir da lógica enviesada da “comissão de serviço”. Ao impedir a formação de um corpo coeso e totalmente identificado com o escopo das Ciências da Cultura, toda a dimensão estratégica, seja no plano da definição de pedagogias ajustadas ao perfil dos cursos e dos alunos, na conceção de mecanismos de aproximação à comunidade envolvente que são absolutamente vitais nesta área de formação, seja ainda na construção de dinâmicas que envolvam a comunidade intramuros, arregimentando vontades, energias e recursos que permitam mobilizar a universidade a partir da cultura, resulta inevitavelmente perdida. A ausência de perspetivas de carreira com que se pretende mimosear quem tenta remar contra a maré – ardil usado seletivamente com o propósito de vergar o ânimo do naufrago, na esperança de que ele se renda finalmente ao seu inelutável destino e que deixe de esbracejar – é apenas a outra face da entropia gestionária a que esta área de formação se vê sentenciada. Falta saber, respondendo à segunda parte da pergunta, se este autêntico nó cego dado pela universidade à sua área de cultura esgrime alguma virtude digna desse nome. É uma pergunta a que o leitor, interessado em aprofundar o nexos de correspondência entre universidade e cultura, e depois de considerados todos os argumentos, saberá responder com probidade.

O paradoxo da qualificação da/pela cultura: ainda as más práticas

O quadro aqui traçado do estado da relação entre universidade e cultura, recusando eufemismos, não pretende, todavia, ser um diagnóstico definitivo. O objetivo é tão-só sinalizar que a cultura, no seio de uma instituição que é vista e que se vê como instituição intrinsecamente cultural, enfrenta dilemas que parecem inultrapassáveis. Esta espécie de doença autoimune que leva a universidade a agredir o próprio corpo, num autoflagelo que apenas a diminui, é causa próxima de muitas outras limitações que a constroem no pleno desenvolvimento da sua missão, repercutindo essa sua limitação nas diversas esferas em que participa.

O caso da elaboração pelo Estado de políticas públicas de cultura é um exemplo conhecido e paradigmático do poder de contaminação dessa doença autoimune que aflige a universidade. Já o referi noutros trabalhos (*cf.* SIDONCHA, 2018): faz parte das atribuições da universidade, e nomeadamente da universidade portuguesa, colaborar na formulação, pelo Estado, das políticas nacionais de educação, ciência e cultura. Quem, no entanto, observar a moldura legal que serve de enquadramento às políticas nacionais de cultura, em Portugal como noutras latitudes, encontrará sem esforço omissões, hesitações, incongruências, interpretações enviesadas e instabilidades de diversa ordem que mostram que a universidade está ainda longe de cumprir o propósito que a Lei lhe confiou. Ora, se a própria universidade se mostra relutante em

apostar firmemente nessa área de formação, se titubeia quando se trata de assumir a finalidade de cultivar, estudar, criar e comunicar cultura, não será de espantar que o conteúdo e a qualidade intrínseca das prioridades políticas de cultura, vertidas em Lei, reflitam de alguma forma essas hesitações. Aqui tem origem, aliás, um verdadeiro círculo vicioso, já que a incongruência e a instabilidade das Leis retroalimentam e vivificam a dificuldade já experimentada pela universidade na concretização da sua missão cultural, agora em campos que extravasam largamente o ensino da cultura de que nos ocupámos atrás.

Um exemplo muito claro dessas dificuldades é a ausência já antes aludida de painéis de avaliação específicos nas Agências de fomento para avaliação de projetos de investigação na área da cultura ou em áreas marcadamente interdisciplinares. Esta situação impede que projetos de grande potencial possam ser reconhecidos e avaliados a partir da especificidade do campo científico que lhes é próprio. A inovação que tantas vezes caracteriza estes projetos é desvalorizada pelo olhar enviesado das áreas disciplinares disponíveis. Nessa circunstância, a pesquisa nesta área é cerceada simultaneamente a jusante e a montante: a jusante, pela impreparação das áreas disciplinares clássicas para avaliarem a bondade intrínseca das propostas surgidas em contexto de áreas inter e multidisciplinares, como é o caso das Ciências da Cultura; a montante, dado que a consciência de que as coisas se passam assim demove muitos investigadores de investirem energia e tempo em projetos que têm o seu destino selado à partida. Sem a possibilidade de alocar recursos, humanos e

financeiros, à investigação nesta área, é o próprio ensino da cultura, que numa interpretação virtuosa da universidade é indissociável da pesquisa, a sair mais uma vez contundido. A ideia de círculo vicioso é, neste ponto, inelidível.

A falta de uma área de investigação robusta na área de cultura penaliza, entretanto, outra das dimensões em que se concretiza a missão cultural das universidades. A “via extensionista”, que tem no Brasil uma implementação vigorosa, é também fortemente penalizada pela ausência de projetos-âncora e pela falta de inovação que precisamente define estes projetos. Sem a inovação que é correlato da pesquisa, o modelo da extensão universitária, seja na forma clássica de transferência de conhecimentos para a comunidade, seja ainda como expressão de dimensões da sua responsabilidade social mais diretamente reconvertíveis em serviço, sofrerá um rude golpe. Constata-se assim, em jeito de despretenhosa síntese, que qualquer hesitação da universidade – e têm sido muitas – no esforço de *qualificação da cultura* como área de ensino ou de pesquisa terá repercussão direta na sua capacidade de *qualificar pela cultura*.

As boas práticas: estratégias de reinterpretação da relação entre universidade e cultura

Ora, se a afirmação da condição intrinsecamente cultural da universidade quer de facto superar o registo das proclamações tonitruantes e estrepitosas mas absolutamente desprovidas de alcance, torna-se, pois, urgente e necessário reinventar a própria relação entre

cultura e universidade. Felizmente o quadro sombrio insinuado nas linhas precedentes não anuncia uma estrada de via única nem tão-pouco uma prática comum a todas as IES. Nos últimos anos tem sido possível encontrar novas e promissoras abordagens que prometem devolver a relação entre universidade e cultura ao patamar de importância que lhe é próprio. Dessas salutares práticas destacaria dois exemplos, um em contexto doméstico, português, e outro em cenário internacional. Relativamente ao primeiro, trata-se da criação de uma Comissão especializada em Cultura pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP); o segundo, em contexto internacional, é a criação de uma Rede internacional de investigadores e entusiastas da cultura saída da cooperação académica, científica e cultural entre universidades do Brasil e de Portugal.

A ação da Comissão especializada em Arte e Cultura do CRUP

O CRUP é uma entidade de coordenação do ensino universitário em Portugal e conta como seus membros efetivos com um conjunto de 16 instituições públicas de ensino superior, constituindo-se, assim, como núcleo fortemente representativo de parte relevante do sistema nacional de Ensino Superior português. Entre os órgãos que compõem este Conselho, destaca-se a existência de um conjunto de Comissões especializadas que traduzem justamente áreas de intervenção tidas como centrais: assuntos jurídico-institucionais; educação/assuntos

acadêmicos; investigação científica; assuntos financeiros; internacionalização. A falta de uma Comissão especializada em cultura numa instituição incumbida de uma decisiva e intransferível missão cultural, constituía, assim, uma falha indisfarçável. Em dezembro de 2020, no contexto da realização do primeiro fórum dedicado à discussão da relação entre universidade e cultura, o então reitor da universidade do Porto, insistindo na necessidade de termos universidades que se assumam como instituições culturais de referência, anunciava nestes termos a criação de uma Comissão especializada em Cultura: “A cultura não pode estar à margem do ensino superior sob pena de comprometer não só crescimento intelectual e cívico dos estudantes universitários como também a sua própria preparação técnico-científica” (OBSERVADOR, 2020).

Reunida pela primeira vez no dia 20 de março de 2021, esta Comissão avançou já com a implementação de medidas de grande alcance que prometem um “reencantamento da cultura” no seio da universidade.

Uma das mais emblemáticas é a criação de um Corredor Cultural português inserido no projeto mais amplo da criação de um Corredor Cultural europeu, programa que conta, aliás, com amplo e público apoio da atual Comissão Europeia e que não pode ser dissociado da vigência da Nova Agenda Europeia para a Cultura (2018). Na sua primeira expressão, este Corredor cumprirá uma dupla função, ambas com profundo e decisivo impacto na superação dos constrangimentos discutidos nas linha precedentes. A primeira resulta da proposta de criação de Unidades Curriculares optativas, apostadas na promoção de

competências transversais e cuja operacionalização será feita em articulação com uma vasta rede de instituições culturais parceiras. O objetivo é colocá-las como oferta formativa a alunos que cursam os 1º e 2º Ciclos (licenciaturas e mestrados). Na base desta proposta está a premissa de que o funcionamento dessas disciplinas pode ser confiado às instituições culturais parceiras, com a supervisão científica a ser assegurada por coordenadores indicados pelos Conselhos Científicos das Faculdades. É uma medida lapidar, dado que permite de um só golpe sinalizar não apenas a importância crescente das competências de natureza transversal que transgridem as clássicas fronteiras disciplinares, questionando e descontinuando práticas anacrônicas, mas promovendo também, nesse ínterim, uma aproximação mais efetiva, produtiva e duradoura à comunidade e suas instituições. A segunda é a criação de uma plataforma de recolha de informação relevante sobre as instituições culturais que vierem a associar-se ao projeto do Corredor cultural português, assegurando não apenas informação detalhada sobre a oferta cultural que tais instituições disponibilizam aos estudantes, mas também garantindo generosos descontos, ou mesmo o acesso livre a tais instituições, para todos os estudantes universitários de países europeus abrangidos pelos Acordos do programa Erasmus +. Esta segunda missão do Corredor Cultural português coloca o acento tónico na dimensão da “fruição”, apostando numa familiarização crescente dos estudantes universitários com as instituições culturais do país. Ao fazê-lo, o Corredor postula a ideia de um novo ecossistema para o Ensino Superior, no qual o acesso ao património

cultural e a familiarização crescente com práticas artísticas contemporâneas se revelam fundamentais para a consolidação de uma cultura científica pautada em inovação e competências criativas.

Outra medida de grande alcance, que está já em curso fruto da parceria estabelecida com o Plano Nacional das Artes português, é a de instar as universidades a avançarem para a discussão e aprovação dos seus Planos domésticos de Cultura. É um passo decisivo. Não apenas essa intenção permite transpor para as universidades a exortação feita já aos municípios portugueses de construção de planos municipais de cultura (e educação), como permite ainda dar à cultura a gravitas que lhe tem faltado no seio da universidade. A construção de planos universitários de cultura, enquanto postulam a adoção de processos continuados, coerentes e sistemáticos de formulações robustas e de boas práticas nascidas sob o manto da cultura, possibilita a sua inscrição orgânica no horizonte de uma visão estratégica das/para as universidades, assegurando-lhe a centralidade que lhe é devida.

Uma terceira medida já implementada pela Comissão de Cultura do CRUP é a da organização regular de jornadas de reflexão sobre a relação entre universidade e cultura. Nesse contexto, surgiu em dezembro de 2020, o 1º Encontro Nacional Universidade e Cultura, orientado para uma discussão de fundo sobre a responsabilidade cultural das universidades. Ainda neste âmbito, e no contexto da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, realizou-se, em março de 2021, o *University & Culture Summit: Fostering the Union through Culture and the Arts*, um

encontro que pugnou pela afirmação das Instituições de Ensino Superior (IES) como atores centrais na reforma democrática da Europa, propondo para o efeito a criação de um plano cultural comum a estas IES. Desse encontro saiu ainda a Declaração do Porto, a *Porto Declaration on Higher Education & Culture*, a qual, sublinhando a oportunidade histórica para a cultura no contexto pós-pandemia, exortava precisamente as IES a afirmarem plenamente a sua vocação cultural. No horizonte deste espaço plural de debate regular criado pela Comissão de Arte e Cultura do CRUP surge ainda o 2º Encontro Nacional Universidade e Cultura, agendado para novembro de 2021, com o tema “Universidade, Espaços e Empregos da Cultura” a orientar a prossecução dos trabalhos.

A Rede internacional de Investigadores e Entusiastas da Cultura

No ano de 2015, com a realização do I Congresso Internacional sobre Culturas dedicado ao tema das “Culturas em Movimento”, nascia na UBI – Universidade da Beira Interior – o movimento dos Congressos Internacionais sobre Cultura. Fruto de uma parceria científica, académica e cultural estabelecida com a Universidade Federal da Bahia e com o seu Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), os Congressos Internacionais sobre Cultura foram pensados como espaço privilegiado de diálogo e de aprofundamento da investigação na área da cultura. Esse espaço plural,

apostado em adentrar-se nos estudos e na pesquisa em cultura, foi construído com a intenção de superar de entrada quaisquer barreiras taxonómicas que pudessem ferir o seu registo marcadamente inter e multidisciplinar. Isso permitiu-lhe circunscrever o seu perímetro de atuação muito para lá dos limites necessariamente exíguos do modelo de racionalidade em que se instalam as ciências sociais, preocupação, aliás, que assinalávamos já no início deste trabalho. Com a realização em novembro de 2021 de nova edição destes Congressos, desta feita subordinada ao instigante tema “Reencantar as Culturas”, o movimento dos Congressos Internacionais sobre Cultura terá então produzido sete edições noutros tantos anos. Além da primeira que mencionámos atrás, a UFBA acolheu em 2016 a segunda edição, então consagrada aos “Diálogos Brasil-Portugal”. No ano seguinte, depois de formalizada a entrada da Universidade do Minho nesta rede de universidades, realizou-se aí a terceira edição dos Congressos, cujos trabalhos foram orientados pelo tema “Interfaces da Lusofonia”. Em 2018, com a inclusão de mais uma universidade na rede, desta feita a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, os trabalhos da quarta edição tiveram novamente o Brasil como palco, numa edição integralmente subordinada ao tema “Memória e Sensibilidade”. O ano de 2019 assinala o regresso à casa de partida deste movimento dos Congressos Internacionais sobre Cultura, com a realização, na UBI, da quinta edição, mobilizada agora para responder à pergunta “Que cultura(s) para o século XXI?”. Além do simbolismo do regresso ao ponto de origem, o V Congresso foi também o palco da

abertura da rede a África, com a inclusão da Universidade Zambeze, na Beira moçambicana, e do anúncio da criação da plataforma online que acolhe toda a atividade das universidades unidas pelo convênio científico, acadêmico e cultural, a plataforma “culturas.cc”. 2020, ano de confirmação das piores estimativas relativamente à progressão da pandemia por COVID-19, colocava novos e compreensíveis desafios à prossecução da atividade desta rede de universidades. Tais desafios foram não apenas ultrapassados com a realização conjunta pela rede da sexta edição, feita em ambiente virtual e tendo já a plataforma de pesquisadores e entusiastas da cultura anunciada na edição anterior como cenário, como foi a própria pandemia a inspirar o tema dessa 6ª edição, com a adoção do mote “Culturas pela Vida em um Mundo Angustiado”.

Atente-se agora no conjunto impressionante de números que exprime de forma inequívoca a relevância deste movimento dos Congressos Internacionais sobre Cultura para a afirmação dos estudos da cultura e para a sua (re)implantação na universidade: mais de 6000 participações nas 6 primeiras edições, traduzidas na publicação de mais de 1000 trabalhos cuja avaliação coube a um conjunto de cerca de 70 professores doutorados que atuam especificamente no coração desta área dos estudos da cultura.

Note-se, entretanto, que a par desse objetivo de grande alcance de aprofundar os estudos e a pesquisa em cultura, esteve sempre no espírito e no horizonte desta parceria o aprofundamento da compreensão das realidades culturais de Portugal e do Brasil, amparando o esforço de

conhecimento recíproco dessas realidades, meta que exige ainda um aturado esforço de investigação. Essa intenção justificou, aliás, o nascimento do projeto editorial *Enlaces Culturais Brasil-Portugal*, que produziu em 2020 o seu primeiro volume, publicado simultaneamente em Portugal (SIDONCHA; RUBIM, 2020b) e no Brasil (RUBIM; SIDONCHA, 2021).

A par destas atividades, a rede internacional de Investigadores e Entusiastas da Cultura tem promovido regularmente outras iniciativas, das quais se destacam a realização de conferências, minicursos, aulas magnas, visitas académicas de ordem diversa, seminários, estágios doutorais, sempre no pressuposto de um olhar plural e interdisciplinar que eleva os estudos da cultura à condição de instrumento essencial para compreender a complexidade crescente do mundo atual.

Na senda da inevitável transformação: breve nota conclusiva

Quando se buscam formas inventivas e heterodoxas de reinventar a relação entre cultura e universidade, dificilmente poderíamos encontrar receituário mais adequado para esse propósito. A ação da Comissão de Cultura do CRUP e a intensa atividade da rede internacional de Investigadores e Entusiastas da Cultura mostram, no seu conjunto, um desejo de reencontro da universidade com a sua responsabilidade cultural e uma tentativa robusta de superação dos vários constrangimentos que obstam à plena concretização da sua função cultural. A ideia de uma

reorganização da universidade que sabe redesenhar-se a partir da compreensão dessa sua responsabilidade cultural estará no centro da discussão nos anos vindouros. Dessa discussão virá parte relevante da orientação estratégica das universidades, que terão de escolher entre os velhos atavismos que perpetuam a subalternização da cultura e uma orientação outra que saiba ver na cultura, nos estudos e pesquisas de cultura, uma competência fundamental para responder com eficácia aos novos desafios que a complexidade do mundo atual lhe coloca. Os dois exemplos que aqui assinalámos permitem acalentar a esperança de que estamos na direção correta. Mas esse movimento virtuoso aprofundará no curto prazo as tensões que sinalizámos nas páginas precedentes. A resistência à mudança, mesmo aquela que ultimamente nos favorece, é, afinal, um dos traços mais constantes da condição humana quando se exhibe na sua dimensão estritamente natural. Alguém com ar douto emergirá das entranhas dessa animalidade da condição natural para lembrar que a cultura não é uma panaceia. Contido o espanto, saberemos ler essa declaração com o filtro que o inexorável avanço da nossa espiritualidade, como sujeitos humanos e acadêmicos, foi paulatinamente tecendo. A indulgência é, afinal, uma das mais expressivas manifestações da imensa vitalidade da cultura.

Referências

- ESTRASBURGO. PARLAMENTO EUROPEU. **RELATÓRIO SOBRE A NOVA AGENDA EUROPEIA PARA A CULTURA**. COMISSÃO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO, 23 NOV. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/DOCEO/DOCUMENT/A-8-2018-0388_P T.HTML#TITLE1](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0388_P T.HTML#TITLE1). ACESSO EM: 08 JAN. 2019.
- QUENTAL, ANTERO DE. **TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**. LISBOA: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2017.
- PRESIDENTE DO CONSELHO DE REITORES QUER RECUPERAR COMISSÃO ESPECIALIZADA DE CULTURA. OBSERVADOR, 04 DEZEMBRO 2020. **CADERNO CULTURA**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://OBSERVADOR.PT/2020/12/04/PRESIDENTE-DO-CONSELHO-DE-REITOR ES-QUER-RECUPERAR-COMISSAO-ESPECIALIZADA-DE-CULTURA/](https://observador.pt/2020/12/04/presidente-do-conselho-de-reitor-es-quer-recuperar-comissao-especializada-de-cultura/). ACESSO EM: 04 DEZ. 2020.
- KANT, IMMANUEL. **CRÍTICA DA RAZÃO PURA**. LISBOA: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1994.
- RUBIM, ANTONIO; SIDONCHA, URBANO (ORG.). **ENLACES CULTURAIS BRASIL-PORTUGAL**. SALVADOR: EDUFBA, 2021.
- SIDONCHA, URBANO. DA CULTURA DE EXIGÊNCIA À EXIGÊNCIA DE CULTURA. NOTAS SOBRE AS FORMAÇÕES SUPERIORES UNIVERSITÁRIAS EM CULTURA". IN: SIDONCHA, U; & MAGALHÃES, G. (APRESENTAÇÃO E ORG.). **CULTURA(S): DEFINIÇÕES, DESAFIOS, PERCURSOS**. COVILHÃ: ED. LABCOM.IFP, PP.27-38, 2018.
- SIDONCHA, URBANO. QUE «COISA» É A CULTURA? ALGUMAS NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E PATRIMÓNIO". IN: PINEIRO-NAVAL, V.; SERRA, P. (EDS.). **CULTURA, PATRIMÓNIO E TURISMO NA SOCIEDADE DIGITAL (VOL. 2): DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES**. COVILHÃ: EDIÇÕES LABCOM.IFP, P. 83-105, 2019.
- SIDONCHA, URBANO; RUBIM, ANTONIO (ED.). **ENLACES CULTURAIS BRASIL-PORTUGAL**. LISBOA: DOCUMENTA, 2020A.
- SIDONCHA, URBANO. A MISSÃO CULTURAL DAS UNIVERSIDADES: UM OLHAR SOBRE AS REALIDADES PORTUGUESA E BRASILEIRA. IN: SIDONCHA, U., RUBIM, A. (APRESENTAÇÃO E ORG.). **ENLACES CULTURAIS BRASIL-PORTUGAL**. LISBOA: DOCUMENTA, PP.51-96, 2020B.